

## **PROVA OBJETIVA**

### **DIREITO PENAL MILITAR**

**QUESTÃO 01:** Por ocasião da incursão de tropas do Exército em uma comunidade em operação de GLO, determinado soldado, ao se deparar com marginais fortemente armados, tenta fugir por medo do confronto, mas é impedido por seus colegas. O militar fica quieto e paralisado pelo medo e não participa da operação. Qual a situação jurídico-penal deste militar?

- A) Não cometeu crime, pois agiu em estado de necessidade próprio, vez que, estava diante de uma situação de perigo eminente a sua incolumidade física.
- B) Cometeu crime de prevaricação, pois tinha o dever de agir e não o fez em face de sentimento pessoal.
- C) Cometeu crime de cobardia previsto no CPM que consiste no fato de “subtrair-se ou tentar subtrair-se o militar, por temor, em presença do inimigo, ao cumprimento do dever militar”.
- D) Cometeu o militar “conatus” de cobardia.
- E) Nenhuma das respostas acima.

**QUESTÃO 02:** Em certa noite, no alojamento do corpo da guarda, cinco soldados são surpreendidos quando estavam combinando e já alinhavando as estratégias para desertarem juntos, a fim de passarem as festas de final de ano com as suas respectivas famílias. Foram presos em flagrante pelo oficial que os surpreendeu. Qual a situação jurídico-penal destes militares?

- A) Os cinco soldados cometeram crime de deserção, vez que o fato de estarem reunidos combinando já caracteriza deserção consumada.
- B) Os cinco militares cometeram crime de tentativa de deserção, vez que os atos executórios já se iniciaram com a conduta por eles desenvolvida.
- C) Os cinco militares cometeram o crime de concerto para a deserção, figura delitiva autônoma que prescinde, inclusive, da consumação da deserção.
- D) Os cinco militares não cometeram qualquer crime, vez que, combinar e alinhar estratégias para cometer a deserção são simples atos preparatórios impuníveis. Assim, responderão somente na esfera disciplinar.
- E) Nenhuma das respostas acima, pois os meros atos preparatórios, neste caso, não são puníveis em qualquer esfera.

**QUESTÃO 03:** Após os festejos de réveillon, o sargento da FAB apresenta-se na Base Aérea para assumir serviço de rancho. De plano, verifica-se que o militar apresentava sinais evidentes de embriaguez, o que veio a ser confirmado por exame de alcoolemia e própria confissão da praça. Deste modo, o militar, embora tenha se apresentado para o serviço, não o assumiu. Entretanto, o oficial de dia, deu-lhe voz de prisão. Qual a situação jurídico-penal?

- A) O sargento, embora tenha se apresentado embriagado para o serviço, não cometeu qualquer crime, pois não assumiu, efetivamente, o serviço. Também não cometeu infração disciplinar, pois não houve qualquer prejuízo à administração militar, bem como à hierarquia e/ou disciplina.
- B) Embora o sargento não tenha cometido crime, poderá ser punido disciplinarmente.
- C) O oficial de dia cometeu crime de abuso de autoridade, pois não havia crime a punir, embora houvesse possível transgressão disciplinar.
- D) O sargento cometeu crime denominado embriaguez em serviço, sendo pertinentes as providências levadas a efeito pelo oficial;
- E) As respostas B e C estão corretas.

**QUESTÃO 04:** O civil e convocado AGRIPINO, após passar por todas as etapas de seleção do serviço militar, e já com data marcada para a incorporação, acaba não se apresentando porque, dada a sua condição de muito pouco estudo, não entendeu os atos de convocação e confundiu-se, achando que o Exército iria à sua casa para transportá-lo até ao quartel. Como isso não aconteceu, o jovem achou que tinha sido dispensado do serviço militar obrigatório. Assinale a opção **CORRETA**.

- A) O jovem não cometeu crime em virtude de ter agido sob erro de tipo escusável, o que afasta o elemento subjetivo.
- B) O jovem não cometeu crime, pois agiu sob erro de proibição, o que afasta a sua culpabilidade, por atingir a potencial consciência da ilicitude do fato.
- C) O jovem comete crime, mas com pena diminuída.
- D) O jovem NÃO comete CRIME, mas sim transgressão disciplinar, pela qual irá responder quando for incorporado.
- E) O jovem comete crime sem diminuição de pena, pois nos crimes contra o dever militar, não há que se alegar o erro de proibição para quaisquer fins.

**QUESTÃO 05:** ELEUTÉRIO, instrutor de curso de sobrevivência, ministrando aula de técnicas de sobrevivência em ambiente aquático, assiste, impassível, a afogamento de aluno durante aula por ele ministrada. Como desdobramento causal, o aluno morre afogado. Qual a situação fático-jurídica que melhor se amolda ao exemplo em tela em relação ao instrutor?

- A) Comete crime militar comissivo de homicídio.
- B) Comete crime omissivo próprio de homicídio.
- C) Comete crime militar de omissão de socorro.

- D) Comete crime militar omissivo impróprio de homicídio.
- E) Nenhuma das respostas acima.

**QUESTÃO 06:** Quanto ao crime de ato de libidinagem, é **CORRETO** dizer:

- A) Que o tipo penal deste delito já foi revogado por ocasião da edição da Carta Magna de 1988, que veda preconceito em razão de orientação sexual.
- B) A inconstitucionalidade total do tipo penal do art. 235 do CPM foi declarada por recente decisão do STF que reconhece o crime de homofobia.
- C) Que este tipo penal não existe no CPM atual, pois a orientação sexual não pode ser criminalizada.
- D) Que o tipo penal de ato de libidinagem (outrora denominado pederastia ou outro ato de libidinagem) continua em pleno vigor e nada tem a ver com orientação sexual, ou seja, não diz respeito à heterossexualidade, homossexualidade ou suas variáveis, podendo ser praticado por pessoas de qualquer orientação sexual, desde que ato libidinoso ocorra em local sujeito à administração militar.
- E) As respostas A e C estão corretas.

**QUESTÃO 07:** Os soldados da FAB, BRASIL e BARTEZ, acabam se desentendendo, pela manhã, no interior do alojamento e o SD BRASIL, exímio lutador de MMA, desafia o SD BARTEZ para uma briga (duelo) após o expediente, o que é prontamente aceito por este.

Quando do término do expediente, já no final da tarde, os dois soldados entram em luta corporal e se lesionam mutuamente, sendo certo que as agressões começaram concomitantemente.

Ao fim, ambos acabam sofrendo lesões corporais leves. Assinale a opção **CORRETA**.

- A) Ambos os militares cometem lesão corporal, mas apenas o SD BRASIL responderá criminalmente, pois a iniciativa do duelo foi deste.
- B) O SD BARTEZ, ao ser provocado para duelar e aceitar, responderá apenas por lesão corporal com o benefício de uma causa especial de diminuição de pena consistente na injusta provocação da vítima.
- C) Não existe crime de duelo no Código Penal Militar.
- D) Ambos responderão apenas pelo crime de lesão corporal.
- E) Ambos responderão pelo crime de desafio para o duelo e pelo delito de lesão corporal, vez que há, na lei penal militar, o cúmulo material previamente estabelecido.

**QUESTÃO 08:** Quanto ao crime de deserção, marque a alternativa correta:

- A) É um crime propriamente militar que atenta contra a autoridade militar.
- B) É um crime propriamente militar que se consuma após a ausência do militar por 5 dias, sem licença para tal.

- C) É um crime militar por extensão.
- D) É um crime tipicamente militar que atenta contra o serviço militar.
- E) É crime propriamente militar.

**QUESTÃO 09:** Quanto ao estado de necessidade, na sistemática adotada pelo CPM, marque a alternativa correta:

- A) Exclui apenas a ilicitude do fato.
- B) Exclui apenas a culpabilidade.
- C) Pode excluir a culpabilidade ou a ilicitude.
- D) Quanto ao estado de necessidade, vigora no CPM, o sistema vicariante.
- E) As respostas C e D estão incorretas.

### DIREITO PENAL

**QUESTÃO 10:** TÍCIO cometeu o crime de sequestro quando tinha 17 anos e 11 meses e 10 dias. A vítima permaneceu em cativeiro durante dois meses, sendo que, quando o cativeiro foi estourado, TÍCIO foi preso em flagrante delito.

Durante os dois primeiros dias, a vítima foi submetida a maus tratos, resultando-lhe grave sofrimento físico, em razão do que o MP denunciou o agente por sequestro qualificado.

Marque a alternativa correta:

- A) TÍCIO não cometeu crime, pois quando cometeu o sequestro era menor de idade, portanto, inimputável.
- B) TÍCIO cometeu crime de sequestro simples.
- C) TÍCIO cometeu sequestro qualificado pelo grave sofrimento suportado pela vítima em razão dos maus tratos a ela infligidos.
- D) TÍCIO cometeu sequestro duplamente qualificado.
- E) TÍCIO cometeu sequestro qualificado, mas não pelo motivo da letra C, mas pelo tempo da privação da liberdade da vítima que excedeu a 15 dias.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR E PROCESSUAL PENAL COMUM

**QUESTÃO 11:** Sobre os **princípios** que regem o Direito Processual Penal e Processual Penal Militar assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A vedação de alguém ser punido duas vezes por ter praticado o mesmo fato criminoso decorre da aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Todavia, tal princípio não se refere a punições pelo mesmo fato aplicadas em esferas distintas do Direito.
- B) O direito de toda a pessoa acusada criminalmente em recorrer da sentença ou decisão a juiz ou tribunal superior decorre da aplicação do princípio do duplo grau de jurisdição. Esse princípio se configura de forma absoluta no ordenamento jurídico pátrio.
- C) Todo o acusado criminalmente tem o direito a que se presuma sua inocência até que uma sentença condenatória irrecorrível demonstre sua culpabilidade. Isso decorre da aplicação do princípio do estado de inocência, da presunção de inocência ou da não culpabilidade.
- D) O princípio da prevalência do interesse do réu ou indiciado (*favor rei, favor inoentiae, in dubio pro reo* ou *favor libertatis*) repercute em duas situações no curso do processo: na interpretação de normas processuais e no julgamento. Na primeira hipótese, no caso de dúvida sobre incidência ou extensão de um dispositivo legal, deve-se interpretar de forma mais favorável ao réu. Na segunda, por ocasião do julgamento, no caso de dúvida razoável sobre a prática delitiva imputada ao acusado, deve-se absolvê-lo.
- E) Contrapondo-se ao princípio da prevalência do interesse do réu ou indiciado (*favor rei, favor inoentiae, in dubio pro reo* ou *favor libertatis*) há o princípio *in dubio pro societate*, o qual rege a fase inquisitorial até a formação da *opinio delicti* pelo órgão acusador. Nesse sentido, durante o inquérito policial militar não se exige a necessidade de exame aprofundado de provas acerca da conduta do investigado, o que será melhor elucidado durante a instrução criminal. Assim, na fase pré-processual a dúvida não favorece o indivíduo indiciado ou investigado.

**QUESTÃO 12:** Sobre **aplicação e interpretação** das normas estabelecidas no Código de Processo Penal Militar (CPPM) assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Nos casos concretos, se houver divergência entre as normas previstas no CPPM e as estabelecidas em convenções ou tratados internacionais de que o Brasil seja signatário, prevalecerão estas.
- B) Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar serão supridos pela legislação processual penal comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do processo penal militar.
- C) As normas previstas no Código de Processo Penal Militar serão aplicadas tanto em território nacional como em território estrangeiro. Por sua vez, somente serão aplicadas fora do país ou em lugar de extraterritorialidade brasileira quando se tratar de crime que atente contra as instituições militares ou a segurança nacional, exceto se o agente tiver sido processado ou julgado pela justiça estrangeira.

- D) As normas previstas no CPPM também são aplicáveis em tempo de guerra aos mesmos casos previstos em tempo de paz.
- E) O CPPM estabelece a possibilidade de interpretação extensiva ou restritiva de suas normas.

**QUESTÃO 13:** Sobre a atuação da polícia judiciária militar e a investigação criminal castrense estabelecidas no Código de Processo Penal Militar (CPPM) assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A autoridade militar pode exercer as atividades de polícia judiciária diretamente, como por exemplo, presidir um Inquérito Policial Militar (IPM) ou Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD). Ou ainda, indiretamente, delegando sua atribuição a um oficial da ativa de posto superior ou de mesmo posto que o indiciado, neste último caso desde que mais antigo que o investigado.
- B) No caso de delegação, quando o indiciado for da reserva remunerada ou reformado, não prevalece a antiguidade de posto.
- C) Se um IPM é instaurado por autoridade militar incompetente, as diligências e os atos probatórios concluídos ou em andamento devem ser anulados, sendo necessário renová-los pela autoridade de polícia judiciária militar competente.
- D) Além das atribuições previstas no art. 8º do CPPM (apurar os crimes militares, realizar diligências requisitadas pelo Ministério Público Militar, cumprir as determinações da Justiça Militar, dentre outras), a autoridade de polícia judiciária castrense pode desempenhar outras também estabelecidas no CPPM, tais como requerer ao Juiz Federal da Justiça Militar a instauração de incidente de insanidade mental do investigado ou representar pela decretação do sequestro ou arresto de bens. Poderá, ainda, nos casos de crimes militares extravagantes ou por extensão, desempenhar outras atividades previstas em Legislação Específica, como por exemplo, representar pela adoção de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006).
- E) O arquivamento do Inquérito Policial Militar não obsta a instauração de outro, se novas provas aparecerem em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.

**QUESTÃO 14:** Ainda sobre a atuação da polícia judiciária militar e a investigação criminal castrense assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Os Inquéritos Policiais Militares (IPM) para apurar crime militar praticado por civil são instaurados pelas Delegacias de Polícia Federal e, que ao seu término, os remetem à Justiça Militar, bem como aos Comandos Militares.
- B) Os IPM são instaurados e têm prosseguimento no âmbito das delegacias especializadas de polícia judiciária militar.
- C) Os IPM são instaurados pelas unidades militares sob a direção compartilhada de um Oficial Superior das Forças Armadas e um Delegado da Polícia Federal.
- D) Os IPM são instaurados no âmbito militar podendo ter como encarregado um Oficial Médico.
- E) Os civis nunca serão investigados por meio de IPM, mas sim por Inquérito Policial Comum, instaurado pela Polícia Federal.

**QUESTÃO 15:** Sobre a **denúncia e ação penal militar**, consoante as normas estabelecidas no Código de Processo Penal Militar (CPPM) e no Código de Processo Penal Comum, assim como o entendimento doutrinário e jurisprudencial, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Pode-se afirmar que no Direito Processual Penal Militar a ação penal é sempre de iniciativa pública, incondicionada ou condicionada à requisição. Contudo, é aceita a possibilidade de ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública quando ocorrer omissão do órgão do Ministério Público Militar.
- B) O prazo para oferecimento da denúncia é de 5 (cinco) dias, se o investigado estiver preso, e de 15 (quinze) dias, se estiver solto. No entanto, excepcionalmente, tais prazos poderão ser prorrogados em dobro ou em triplo.
- C) O prazo para oferecimento de denúncia nos casos de deserção e de insubmissão é de 5 (cinco) dias.
- D) A ação penal militar para ser admitida deve, além das condições genéricas, também exigidas à ação penal comum, apresentar condições específicas como no caso de iniciativa condicionada à requisição, assim como no de crime de deserção que tem como condição de procedibilidade a reversão ou a reinclusão do investigado.
- E) O princípio da obrigatoriedade está relacionado ao início da persecução penal militar, ou seja, alcança a fase investigatória e a propositura da ação penal. Já o princípio da indisponibilidade está atrelado à ação penal militar, ou seja, não poderá o Ministério Público Militar dela dispor ou desistir, declinando de seu exercício.

**QUESTÃO 16:** Sobre o **Foro Militar, a competência da Justiça Militar da União e os conflitos de competência**, consoante as normas estabelecidas no Código de Processo Penal Militar (CPPM) e segundo o entendimento doutrinário e jurisprudencial, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A competência da Justiça Militar, seja da União ou Estadual, tem natureza especial, conforme estabelecido na Carta Magna.
- B) O Código de Processo Penal Militar dispõe que o Foro Militar é especial, exceto nos crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, sendo certo que a Justiça Castrense não alcança mais os crimes contra a segurança nacional, eis que estes passaram à competência da Justiça Federal, conforme mandamento constitucional.
- C) A competência da Justiça Militar da União, de modo geral, será determinada pelo lugar da infração, pela residência ou domicílio do acusado, e pela prevenção; de modo especial, pela sede do lugar de serviço. Todavia, estes critérios não prevalecem nos casos de conexão e continência, prerrogativa de posto ou função e desaforamento.
- D) As questões atinentes à competência serão resolvidas pela exceção própria como pelo conflito positivo ou negativo de competência. No caso de conflito de competência, o Ministério Público, o Acusado e a Autoridade Judiciária poderão suscitá-lo.
- E) O conflito de competência entre autoridade judiciária da Justiça Militar da União e da Justiça Militar Estadual será decidido pelo Superior Tribunal Militar.



**LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (LOMPU) E DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (LOJMU)**

**QUESTÃO 17:** Segundo as normas contidas na Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) São princípios institucionais do Ministério Público da União a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- B) São funções institucionais do Ministério Público da União, dentre outras, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis.
- C) Compete ao Ministério Público da União promover, privativamente, a ação penal pública nos termos da lei, assim como o inquérito civil e a ação civil pública.
- D) O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais podendo ter livre acesso a estabelecimentos policiais ou prisionais.
- E) Dentre as prerrogativas processuais, o membro do MPU que officie perante juízos de primeira instância, será processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelos Tribunais Regionais Federais, ressalvada a competência das Justiças Eleitoral e Militar.

**QUESTÃO 18:** Segundo as normas contidas na Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), no que se refere ao Ministério Público Militar, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Compete ao Ministério Público Militar (MPM) o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça Militar: promover, privativamente, a ação penal pública; promover a declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato; manifestar-se em qualquer fase do processo, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção.
- B) O cargo inicial da carreira é o de Promotor da Justiça Militar e o do último nível é o de Subprocurador-Geral da Justiça Militar.
- C) O Conselho Superior do Ministério Público Militar, presidido pelo Procurador-Geral da Justiça Militar, é composto por este, o Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar e os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar, competindo-lhe decidir os conflitos de atribuição entre os órgãos do Ministério Público Militar.
- D) Compete à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar promover a integração e a coordenação dos órgãos institucionais do Ministério Público Militar, observado o princípio da independência funcional.
- E) Os Procuradores e Promotores da Justiça Militar serão designados para officiar junto às Auditorias Militares.



**QUESTÃO 19:** Segundo as normas contidas na Lei n. 8.457, de 04 de setembro de 1992 (Lei Orgânica da Justiça Militar da União), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) São órgãos da Justiça Militar da União: o Superior Tribunal Militar, a Corregedoria da Justiça Militar, o Juiz-Corregedor Auxiliar, os Conselhos de Justiça, os Juízes Federais da Justiça Militar e os Juízes Federais da Justiça Militar.
- B) Para efeito de administração da Justiça Militar em tempo de paz, o território nacional divide-se em doze Circunscrições Judiciárias Militares, sendo que a 4ª Circunscrição da Justiça Militar abrange o Estado de Minas Gerais.
- C) Em cada Auditoria da Justiça Militar funcionarão os Conselhos Especial e Permanente de Justiça. Cada Conselho de Justiça será composto por um Juiz Federal da Justiça Militar, que o presidirá, e quatro oficiais de carreira das Forças Armadas, denominados juízes militares.
- D) Os Conselhos de Justiça funcionarão durante três meses consecutivos, coincidindo com os trimestres do ano civil, podendo o prazo de sua jurisdição ser prorrogado nos casos previstos em lei.
- E) O Superior Tribunal Militar, com sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de quinze ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército e três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

**QUESTÃO 20:** Segundo as normas contidas na Lei n. 8.457, de 04 de setembro de 1992 (Lei Orgânica da Justiça Militar da União), quanto à competência dos órgãos a Justiça Militar da União, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Compete ao Superior Tribunal Militar, originariamente, processar e julgar os oficiais generais das Forças Armadas nos crimes militares definidos em lei.
- B) Compete ao Conselho Especial de Justiça processar e julgar oficiais, exceto oficiais-generais, nos delitos previstos na legislação penal militar. Ao Conselho Permanente de Justiça compete processar e julgar militares que não sejam oficiais. Já ao Juiz Federal da Justiça Militar compete, monocraticamente, decidir sobre recebimento de denúncia, pedido de arquivamento, de devolução de inquérito e representação.
- C) Compete, também, ao Juiz Federal da Justiça Militar, monocraticamente, processar e julgar civis e militares, na forma do artigo 9º, incisos I e III, do Código Penal Militar (refere-se aos crimes de que trata o CPM quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial; os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares), quando figurarem como acusados na mesma ação penal militar.
- D) Um General do Exército, da reserva remunerada, em conluio com um Coronel da Aeronáutica e um Tenente-Coronel do Exército, todos lotados num Hospital Militar sediado na capital federal, e dois empresários civis, incorreram em crime contra a Administração Militar (peculato-desvio – artigo 303, *caput*, do CPM). Nesse caso, a competência para processá-los e julgá-los será assim definida: O oficial General, ainda que na reserva remunerada, será jugado pelo Superior Tribunal

Militar, em razão da prerrogativa de posto ou função; os oficiais superiores pelo Conselho Especial de Justiça e os empresários pelo Juiz Federal da Justiça Militar de uma das Auditorias da 11ª Circunscrição Judiciária Militar.

- E) Um Brigadeiro-do-Ar e dois Coronéis da Aeronáutica, todos da ativa e lotados numa organização militar da Força Aérea Brasileira (FAB) sediada no Estado de Minas Gerais, em conluio com três empresários civis, incorreram em crime contra o dever funcional e a administração castrense (violação do dever funcional com o fim de lucro e falsidade ideológica – artigos 321 e 312 do CPM). Nesse caso, a competência para julgá-los será do Egrégio Superior Tribunal Militar, em razão do foro por prerrogativa de posto ou função do oficial mais antigo, que atrairá a competência do STM em relação aos demais investigados, desde que a separação do processo puder causar prejuízo relevante à instrução criminal.

## PROVA SUBJETIVA

### Informações:

- Nesta prova, que vale 30 (trinta) pontos, faça o que se pede, usando a folha de rascunho que foi entregue junto com este caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO**, nos locais apropriados (linhas numeradas), pois não serão avaliados fragmentos de textos escritos em locais indevidos.
- Utilize, no máximo, trinta linhas.

**QUESTÃO ÚNICA** – Considerando o caso hipotético, abaixo descrito, responda fundamentadamente os seguintes questionamentos:

- 1) qual(is) o(s) crime(s) de natureza militar ou comum, em tese, praticado(s), e a(s) respectiva(s) autoria(s) delitiva(s)?
- 2) qual(is) o(s) órgão(s) jurisdicional(is) competente(s) para processamento e julgamento e se é caso de conflito positivo ou negativo de competência?

**CASO HIPOTÉTICO:** Um Sargento da Aeronáutica, em comunhão de desígnios e divisão de tarefas, com outros dois graduados da FAB e dois civis, transportou grande quantidade de substância entorpecente (cocaína) de Brasília até um país Europeu (local de destino da droga), durante missão oficial e a bordo de aeronave da FAB. Ao chegar no país estrangeiro, foi surpreendido no aeroporto pelas autoridades locais portando a referida droga, sendo conseqüentemente preso em flagrante delito. Registre-se que tal fato também é considerado crime no país estrangeiro.